

# TRABALHO E EDUCAÇÃO: DA ONTOLOGIA DO SER SOCIAL À SUBSUNÇÃO REAL AO CAPITAL

Livia Mourino de Mello<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente trabalho se expressa na análise do caráter geral da educação no modo de produção capitalista, tendo como ponto central a categoria de “subsunção do trabalho ao capital”, desenvolvida por Karl Marx no esboço ao capítulo VI (chamado capítulo inédito) de O Capital (2004). Para tanto, tendo em vista a relação histórica e ontológica entre o trabalho e a educação, assim como a relação orgânica e dialética entre a estrutura (instância econômica) e a superestrutura (instâncias jurídicas, políticas e ideológicas) em uma determinada sociedade histórica, nossa análise partirá da centralidade do trabalho para teoria marxista e de suas características gerais para compreender o papel da educação nessa sociedade. Para tanto, iniciaremos nosso percurso analisando a importância do método do materialismo histórico dialético para a produção do conhecimento científico, seguiremos buscando caracterizar a centralidade do trabalho para a teoria marxista, assim como sua relação histórica e ontológica com a educação. E, por fim, na terceira seção, a partir da análise do caráter geral do trabalho no modo de produção capitalista, tomaremos de empréstimo a categoria de “subsunção do trabalho ao capital”, para compreendermos as características gerais que determinam a educação no atual modo de produção, como a divisão sociotécnica do trabalho e a conformação do trabalhador coletivo.

**Palavras chave:** Educação, Trabalho, Subsunção real do trabalho ao capital

**Abstract:** The present work is expressed in the analysis of the general character of education in the capitalist mode of production, having as central point the category of "subsumption of labor to capital", developed by Karl Marx in the outline to Chapter VI (called unpublished chapter) of Capital (2004). Thus, in view of the historical and ontological relationship between work and education, as well as the organic and dialectical relationship between the structure (economic entity) and the superstructure (juridical, political and ideological instances) in a certain historical society, our analysis will start from the centrality of work to Marxist theory and its general characteristics to understand the role of education in this society. In order to do so, we will begin our analysis analyzing the importance of the method of dialectical historical materialism for the production of scientific knowledge, we will continue to seek to characterize the centrality of work to Marxist theory, as well as its historical and ontological relation to education. And finally, in the third section, from the analysis of the general character of labor in the capitalist mode of production, we will borrow the category of "subsumption of labor to capital," in order to understand the general characteristics that determine education in the present mode such as the socio-technical division of labor and the conformation of the collective worker.

**Keywords:** Education, Work, Real subsumption of labor to capital

---

<sup>1</sup> Mestranda em Educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e integrante do Grupo de Pesquisa Estado, Trabalho, Educação e Desenvolvimento: a contribuição do Pensamento Latino-Americano (GPETED) da FE/UFF. E-mail: livia.mourino@gmail.com

## 1. MATERIALISMO HISTÓRICO DIALÉTICO: TEORIA DA HISTÓRIA E MÉTODO CIENTÍFICO PARA COMPREENSÃO DA REALIDADE

Karl Marx e Friedrich Engels viveram na Europa, no século XIX, período em que o modo de produção capitalista se expandia e se consolidava e a burguesia ia deixando de ser a classe revolucionária para assumir, assim, seu papel hegemônico e conservador. Nesse contexto, a expansão da grande indústria capitalista produzia uma profunda alteração no mundo e nas relações de trabalho e evidenciava uma importante contradição: ao passo que a constituição do ambiente fabril ambicionava atender aos interesses da produção capitalista, criou meios para o desenvolvimento da organização dos trabalhadores e o surgimento do movimento operário.

Marx e Engels foram, além de teóricos, militantes e dirigentes desse movimento político e social que emergia das contradições postas pela transformação da realidade material da sociedade e, portanto, seus pensamentos e formulações ganham sentido e vida quando estudados de modo vinculado ao contexto no qual viveram.

A compreensão da importante contribuição desses intelectuais para a análise da realidade e suas possibilidades de transformação - tanto no tempo em que viveram quanto para os dias atuais - passa, necessariamente, pelo entendimento de seu fundamento teórico-metodológico, o materialismo histórico dialético. Ao escrever a introdução da *Ideologia Alemã*, Gorender (1998) criticou a ideia comum, até mesmo entre marxistas, de que seria possível identificar um momento de nascimento do materialismo histórico dialético alertando que a concepção operada por Louis Althusser que divide Marx e Engels em duas fases, uma pré e outra pós marxistas, é equivocada, pois:

[...] consiste na ausência de explicação do porquê e do como se deu a passagem de uma fase a outra. As duas aparecem absolutamente separadas e estranhas entre si, uma vez que, em ambos os casos, se trata de estruturas fechadas. Não se vê de que maneira a primeira fase preparou a seguinte, na qual elementos precedentes se eliminaram ou se conservaram transformados. O corte epistemológico althusseriano destaca acertadamente a descontinuidade, porém esta se expõe como resultante de um ato de criação sem história, na medida em que se omite o outro lado do processo, o da continuidade. (GORENDER, 1998, p. VII)

Assim, entendemos que a obra de Marx e Engels não parte do nada e também não nega o que está posto. O materialismo histórico dialético é fruto do movimento

histórico, do processo de contradição e superação da realidade concreta. No conjunto das obras desses intelectuais é possível identificarmos três grandes influências: a filosofia alemã, cuja base é Hegel; a política francesa, em especial os socialistas utópicos Henri Sint-Simon, Charles Fourier e Robert Owen e a economia política inglesa, com Adam Smith e David Ricardo (PALUDO, 2015).

Cabe registrar que, além de nunca ter negado, Marx ainda reconheceu a importância da influência desses teóricos para sua produção intelectual, como podemos verificar no posfácio a segunda edição de *O Capital* (2013). Resguardando as devidas e necessárias diferenciações acerca do método, reconhece a contribuição da dialética hegeliana para si e para a produção do conhecimento histórico e científico da humanidade afirmando que:

Critiquei o lado mistificador da dialética hegeliana há quase trinta anos, quando ele ainda estava na moda. Mas quando eu elaborava o primeiro volume de *O Capital*, os enfadonhos, presunçosos e medíocres epígonos que hoje pontificam na Alemanha culta acharam-se no direito de tratar Hegel como o bom Moses Mendelssohn tratava Espinosa na época de Lessing: como um “cachorro morto”. Por essa razão, declarei-me publicamente como discípulo daquele grande pensador e, no capítulo sobre a teoria do valor, cheguei até a coquetear aqui e ali com seus modos peculiares de expressão. A mistificação que a dialética sofre nas mãos de Hegel não impede em absoluto que ele tenha sido o primeiro a expor, de modo amplo e consciente, suas formas gerais de movimento. Nele, ela se encontra de cabeça para baixo. É preciso desvirá-la a fim de descobrir o cerne racional dentro do invólucro místico. (MARX, 2013, p. 91, grifos do autor)

É a partir do encontro com a dialética idealista de Hegel, assim como o contato com a dialética mecanicista de outro filósofo alemão, Feuerbach, que Karl Marx e Friedrich Engels passaram a limpo sua concepção do processo histórico e apresentaram uma nova teoria da história. Colocando de ponta cabeça o que estava de cabeça para baixo, fundaram uma nova dialética, agora materialista. Buscando demonstrar os limites da filosofia especulativa de Feuerbach, afirmaram que “os filósofos apenas *interpretaram* o mundo de diferentes maneiras; o que importa é transformá-lo.” (MARX, ENGELS, 2007, p. 535, grifos do autor).

A reinterpretação da dialética hegeliana consistiu na superação do idealismo do “espírito absoluto”, ao qual Hegel atribuía o desenvolvimento histórico, e a dar concretude ao mundo dos homens. Para Marx e Engels (2007):

Totalmente ao contrário da filosofia alemã, que desce do céu à terra, aqui se eleva da terra ao céu. Quer dizer, não se parte daquilo que os

homens dizem, imaginam ou representam, tampouco dos homens pensados, imaginados e representados para, a partir daí, chegar aos homens de carne e osso; parte-se dos homens realmente ativos e, a partir de seu processo de vida real, expõe-se também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo de vida. [...] Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência. (Ibidem, p. 94)

Para o marxismo, portanto, o conceito de homem não é abstrato e universal, mas se constitui em um devir histórico. O movimento da história não é constituído no plano das ideias, mas pelos homens e derivado das condições materiais de (re)produção da existência dos próprios homens, condicionando todo o processo de vida social, intelectual, político e ideológico, incluindo a educação, que assume diferentes formas e funções de acordo com cada tempo histórico, uma vez que é realizada por homens históricos e a partir da forma como organizam seus meios de reprodução da vida, ou seja, seu modo histórico de produção. Dessa forma, estabelece-se uma fundamental relação entre educação e produção, ou seja, educação e trabalho que no entendimento do materialismo histórico dialético se dá de forma ontológica e histórica. Tendo em vista a importância dessa relação para os objetivos de nosso trabalho, iremos analisá-la em nossa próxima seção.

## **2. CENTRALIDADE DO TRABALHO PARA A TEORIA MARXISTA E SUA RELAÇÃO HISTÓRICA E ONTOLÓGICA COM A EDUCAÇÃO**

Para a teoria marxista, conforme vimos, o homem é um ser histórico e social e à medida que passamos de uma visão abstrata do homem para uma visão concreta, a categoria de trabalho assume um lugar central para a compreensão do fenômeno humano-social. Aqui, a concepção de trabalho que se apresenta não coincide com o entendimento que temos do trabalho atualmente, no modo de produção capitalista. Nos termos de Marx (2013), o processo de trabalho constitui-se numa:

[...] atividade orientada a um fim - a produção de valores de uso -, apropriação do elemento natural para a satisfação de necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre homem e natureza, perpétua condição natural da vida humana e, por conseguinte, independente de qualquer forma particular dessa vida, ou melhor, comum a todas as suas formas sociais. (MARX, 2013, p. 261)

Neste viés, o ato de agir sobre a natureza objetivando a produção das condições materiais de existência e reprodução da sociedade - em todas as dimensões, inclusive,

estética, cultural, simbólica e afetiva - é o que Marx define como trabalho. Este trabalho, entendido enquanto autoreprodução do homem, condição para produzir-se como tal, assume estatuto ontológico, uma vez que "o trabalho pode ser considerado o fenômeno originário, o modelo do ser social" (LUKÁCS, 2013, p. 44) e sob a ótica marxiana, aspecto central da essência humana.

Pode-se distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião ou pelo que se queira. Mas eles mesmos começam a se distinguir dos animais tão logo começam a *produzir* seus meios de vida [...] Ao produzir seus meios de vida, os homens produzem, indiretamente, sua própria vida material. [...]. O que eles são coincide, pois, com sua produção, tanto com *o que* produzem como também com *o modo como produzem*. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção. (MARX e ENGELS, 2007, p. 87, grifos dos autores)

Entretanto, observa-se que aqui o trabalho não deve ser entendido como a simples reprodução da condição material da vida humana, mas que as relações sociais que os homens estabelecem derivam desse modo como produzem sua existência. O modo de produção, portanto, é o elemento básico para entendermos como os homens se produzem e como as relações sociais variam historicamente, com base na forma que o trabalho assume em cada época.

É central em Marx o entendimento de que “na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade[...]” (MARX, 2008, p. 47). Ou seja, o trabalho é a atividade ontocriativa que produz o homem, mas que não é realizada de forma individual e sim coletiva, pois, ao nascer, ele integra uma sociedade que já possui um acúmulo de formas sociais e históricas de interação e transformação da natureza. Portanto, o trabalho também produz a totalidade social e forja a sociabilidade humana. E é nesse sentido que se estabelece a relação entre o trabalho e a educação na teoria marxista.

A partir da concepção de que a existência humana não é garantida pela natureza e tem que ser produzida pelos homens, isso significa que o homem não nasce homem, ele torna-se, ou seja, educa-se para tal. Conforme nos diz Saviani (2007), o homem

[...] não nasce sabendo produzir-se como homem. Ele necessita aprender a ser homem, precisa aprender a produzir sua própria existência. Portanto, a produção do homem é, ao mesmo tempo, a formação do homem, isto é, um processo educativo. A origem da educação coincide, então, com a origem do homem mesmo (SAVIANI, 2007, p. 154).

No ato de transformar a natureza os homens aprendem a produzir seus meios de vida e, relacionando-se socialmente uns com os outros, educam a si e as novas gerações. Nessa concepção, o trabalho engendra um princípio educativo, fundamentado em um vínculo histórico e ontológico, “históricos porque referidos a um processo produzido e desenvolvido ao longo do tempo pela ação dos próprios homens. Fundamentos ontológicos porque o produto dessa ação, o resultado desse processo, é o próprio ser dos homens.” (Ibidem, p. 155).

Porém, em cada época histórica o trabalho assume uma determinada forma e dele decorrem novas formas de produção e de sociabilidade dos homens modificando, assim, o sentido da educação nessa sociedade. No modo de produção capitalista, fundado no princípio da propriedade privada dos meios de produção, operou-se a divisão social do trabalho e a divisão da sociedade em duas classes antagônicas: a burguesia, classe que detém os meios de produção e o proletariado, que não os detém e, por isso, dispõe apenas da sua força de trabalho para sobreviver, vendendo-a para a burguesia. A relação que se estabelece entre essas classes está baseada na exploração da burguesia sobre o trabalho do proletariado, como descreve Marx e Engels (2010):

Com o desenvolvimento da burguesia, isto é, do capital, desenvolve-se também o proletariado, a classe dos operários modernos, os quais só vivem enquanto têm trabalho e só têm trabalho enquanto seu trabalho aumenta o capital. Esses operários, constrangidos a vender-se a retalhos, são mercadoria, artigo de comércio como qualquer outro; em consequência, estão sujeitos a todas as vicissitudes da concorrência, a todas as flutuações do mercado. (MARX e ENGELS, 2010, p. 46)

Ao analisar essa nova sociedade, Marx e Engels identificaram que ao ser apropriada pela classe proprietária o trabalho tornou-se mercadoria e, na medida em que, tanto a atividade de trabalho quanto seu produto encontram-se totalmente estranhados do trabalhador, configurou-se sob o capitalismo a forma alienada de trabalho. “Mas o trabalho do proletário, o trabalho assalariado, cria propriedade para o proletário? De modo algum. Cria o capital, isto é, a propriedade que explora o trabalho assalariado[...] Em sua forma atual, a propriedade se move entre dois termos antagônicos: capital e trabalho.” (Ibidem, p. 52).

Assim, o trabalho que era ontológico e fundante do ser social, pois tinha como objetivo produzir mercadorias úteis para atender as necessidades humanas (valor de uso), tornou-se abstrato, ou seja:

O produto não é mais uma mesa, uma casa, um fio ou qualquer outra coisa útil. Todas as suas qualidades sensíveis foram apagadas. E também já não é mais o produto do carpinteiro, do pedreiro, do fiandeiro ou de qualquer outro trabalho produtivo determinado. Com o caráter útil dos produtos do trabalho desaparece o caráter útil dos trabalhos neles representados e, portanto, também as diferentes formas concretas desses trabalhos, que não mais se distinguem uns dos outros, sendo todos reduzidos a trabalho humano igual, a trabalho humano abstrato. (MARX, 2013, p. 116)

De acordo com essa formulação, entendemos que o sistema capitalista se alimenta dessa nova forma histórica do trabalho, que se dá na contradição entre o capital e o trabalho (agora em seu sentido abstrato, na forma assalariada). A relação antagônica de classe é a base social que possibilita a expropriação do trabalho, ou seja, a extração de mais valia (tempo de trabalho não pago) e, portanto, a alienação do trabalhador conforme caracteriza Mézáros (1981), “o homem está alienado da natureza; de si mesmo (de sua própria atividade); do seu ser genérico (de seu ser como membro da espécie humana); o homem está alienado do homem (dos outros homens).” (MÉSZÁROS, 1981, p. 17). O entendimento desta cisão nas relações sociais de produção é fundamental para a compreensão da prática educacional que se dá no modo de produção capitalista, uma vez que a “totalidade destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência.” (MARX, 2008, p. 47).

Na concepção do materialismo histórico dialético, o modo de produção de uma época histórica se dá na relação orgânica e dialética entre a estrutura (instância econômica) e a superestrutura (instâncias jurídico, política e ideológica), evidenciando que a alteração do caráter do trabalho levará a alterações nas relações superestruturais. Ainda que o mundo do trabalho tenha sofrido alterações ao longo da história da sociedade capitalista, características estruturais gerais desse modo de produção perpassaram seus diferentes modelos produtivos e analisar as mudanças, manutenções e contradições desses aspectos torna-se central para compreendermos o papel da educação na forma histórica que assume o capital nos dias atuais. Nesse sentido, um importante aspecto do modo de produção capitalista que, apesar de ter tido início nos modos de produção anteriores se consolidou com o surgimento da grande indústria, no século XVIII, é o que Marx (2004) denominou de “subsunção do trabalho ao capital” que levou a subsunção também da educação ao capital, tendo em vista sua relação histórica e ontológica com o trabalho, conforme expomos anteriormente. Buscaremos, portanto,

analisar como se consolidou esse processo no modo de produção capitalista e seus impactos tanto no trabalho quanto na educação.

### **3. SEPARAÇÃO DE BRAÇOS E MENTES: DA SUBSUNÇÃO FORMAL À SUBSUNÇÃO REAL DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO AO CAPITAL**

No advento da grande indústria, no século XVIII, se efetivou dois importantes processos do modo de produção capitalista: a subsunção real do processo de trabalho e do trabalhador ao capital e, na radicalização dessa contradição, a divisão social do trabalho (MARX, 2004). Como definição geral, podemos dizer que a denominada subsunção do trabalho ao capital “é a forma geral de toda a produção capitalista e se define pelo fato de o processo de trabalho (que visa a produção de valores de uso) se converter num instrumento de valorização do capital (que visa à produção de valores de troca)” (ROMERO, 2005, p. 169-70) Ainda que nas formas de produção precedentes, seja na cooperação simples ou na manufatura, já tivessem ocorrido a subsunção do trabalho ao capital, assim como o início da divisão social do trabalho a partir da separação entre trabalho e propriedade dos meios de produção com a expropriação destes pela burguesia, esses processos ainda se encontravam limitados, uma vez que ao não revolucionar a base técnica, o trabalho morto ainda não havia subsumido o trabalho vivo, ou seja, “No modo de produção propriamente dito não se verifica qualquer diferença nesta etapa. O *processo de trabalho*, do ponto de vista *tecnológico*, efetua-se exatamente como antes, só que agora como processo de trabalho *subordinado* ao capital.” (MARX, 2004, p. 95. grifos do autor).

Em função dessa limitação, Marx denominou esse primeiro momento do processo de subsunção de “formal”, afim de diferenciar do que se deu no modo de produção especificamente capitalista, denominado por ele de “subsunção real”. Ou seja, nesta fase, valendo-se de uma base material ainda dependente das habilidades do trabalhador

A subsunção formal do trabalho ao capital limitou-se à expropriação das condições objetivas (os meios de produção); não expropriou as condições subjetivas do processo de trabalho (o saber-fazer operário). Nesse caso, braços e mentes ainda andam juntos. (ROMERO, 2005, p. 85-6)

Entretanto, o desenvolvimento das forças produtiva levou à necessidade, do ponto de vista do capital, de superar as barreiras impostas por essa subsunção ainda formal que encontrava dois limites no período manufatureiro: impossibilidade de aumentar a extração de mais-valia e o controle do trabalhador sobre o processo produtivo. Isso porque, segundo Marx (2004), devido aos limites da base técnica, as formas de produção pretéritas à maquinaria possibilitavam, apenas, a extração de mais-valia absoluta, ou seja, aquela que recorre ao prolongamento do tempo de trabalho. Entretanto, esse método de extração de sobretrabalho encontra limites físicos, além da luta de resistência dos trabalhadores, e tornou-se necessário revolucionar científica e tecnologicamente o modo de produção para que fosse possível a extração de uma outra forma de mais-valia, a mais-valia relativa. Essa forma de extração pode ser considerada a expressão material da subsunção real do trabalho no capital, tendo em vista que, por depender do desenvolvimento tecnológico, só se tornou possível com o advento do maquinismo (MARX, 2004). Isso porque, com o aumento da produtividade proporcionado pela maquinaria a partir da introdução de técnicas mais aperfeiçoadas de produção, foi possível diminuir o tempo de trabalho necessário para a produção de uma determinada mercadoria, aumentando, assim, o tempo de trabalho não pago ao trabalhador, ou seja, a mais-valia.

Aqui, abrimos um breve parêntese, pois nos cabe elucidar, antes de prosseguirmos, que a viabilização de uma nova forma de exploração de mais-valia não substitui a anterior, ou seja, a forma mais desenvolvida, a mais-valia relativa, pode e coexiste com a mais simples, a mais-valia absoluta. Nas palavras de Marx (2004)

Seja como for, as duas formas da mais-valia, a absoluta e a relativa - se se quiser considerar cada uma de per si, como existências separadas (e a mais-valia absoluta precede sempre a relativa) - correspondem a duas formas separadas da subsunção do trabalho no capital, ou duas formas separadas da produção capitalista, das quais a primeira precede sempre a segunda, embora a mais desenvolvida, a segunda, possa constituir por sua vez a base para a introdução da primeira em novos ramos da produção. (MARX, 2004, p. 93)

Para Marx, a subsunção real se deu a partir do revolucionamento dos meios de produção, a partir do século XVIII, caracterizado pelo uso de máquinas no processo de trabalho, superando as relações de produção que até então eram apenas formais e estabelecendo relações típicas do modo de produção capitalista. A partir de então, há a intervenção direta do capital no processo de produção, na figura da máquina,

consolidando, assim, a subsunção do trabalho morto sobre o trabalho vivo, alterando e autonomizando o movimento e o ritmo de trabalho face o trabalhador. Não é mais o trabalhador que emprega os meios de produção, são os meios de produção que empregam o trabalhador, apresentando-se, dessa forma, o trabalho em sua nova forma histórica: estranhada e alienada. Desta forma, pode-se dizer que o trabalhador "aparece cada vez mais como um servidor de um sistema de máquinas" (ALVES, 2000, p.71), o que nos leva a afirmar o trabalhador enquanto "apêndice vivo da máquina", caracterizado por Marx n'*O Capital* (2013).

Além de viabilizar formas mais desenvolvidas de exploração da mais-valia, a subsunção real também levou a divisão entre concepção e execução retirando dos trabalhadores o conhecimento e o controle sobre a produção. Acerca desse processo, Romero (2005) elucida que foi preciso expropriar esse domínio dos trabalhadores ao ponto:

[...] de dar um caráter científico ao saber aplicado na produção, externo aos trabalhadores e concebido contra o saber-fazer tradicional. Foi preciso criar um segmento de trabalhadores técnicos-científicos, separado da classe trabalhadora tradicional (do proletariado), vinculado a um trabalho unicamente intelectual (sem nenhuma relação direta com algum trabalho manual específico), responsável unicamente pela gestão e organização do trabalho. (ROMERO, 2005, p. 87)

Assim, com a forma histórica do trabalho alienado e com a divisão social do trabalho no modo de produção capitalista, a concepção do trabalho enquanto princípio educativo sofre uma nova determinação: a separação entre atividade intelectual e atividade manual. Isso não significa dizer que o trabalho manual perde todas as suas capacidades intelectuais, mas sim, que se cria um trabalho puramente intelectual, responsável por impor ao trabalhador a perda do controle do processo produtivo em seu conjunto, o que possibilitará a maior exploração da força de trabalho.

O processo de divisão social do trabalho também ocasionou a especialização do trabalhador, ou seja, o parcelamento das tarefas em todos os níveis da produção. Se anteriormente o trabalhador era responsável por todas as fases da produção, a partir da manufatura - e que se aprofundará com a grande indústria - o trabalhador torna-se responsável por apenas uma parte da produção, resultando seu produto não no produto final, mas na matéria prima para a atividade seguinte. “À união desses diversos trabalhos parciais que resulta numa força produtiva maior do que aquela presente na

cooperação simples e que constitui um método de extração de mais-valia relativa, Marx denomina trabalhador coletivo.” (Ibidem, p. 96)

O trabalhador coletivo, portanto, consiste na combinação dos diversos trabalhos existentes em uma sociedade concreta, em determinado período histórico, considerando, ainda, que de acordo com as formulações marxianas acerca da natureza do trabalho, desenvolvidas no volume I de O Capital (MARX, 2013), em qualquer tipo de organização societária, o trabalho enquanto produtor da existência humana divide-se em trabalho simples e trabalho complexo, caracterizando o primeiro por sua natureza indiferenciada, ou seja, todo dispêndio de trabalho que “[...] toda pessoa comum, sem qualquer desenvolvimento especial, possui em seu organismo corpóreo” (Ibidem, p. 122); enquanto o trabalho complexo é aquele qualificado, especializado, requerendo capacidades e comportamentos específicos daqueles que irão realizá-lo. Isso significa que o que Marx denominou de trabalhador coletivo se constitui de maneira histórica como resultado do parcelamento das tarefas nos diversos níveis do processo de trabalho. No modo de produção capitalista, o desenvolvimento da divisão social do trabalho criou novas necessidades sociais e ramos produtivos, aumentando a exigência de um trabalho mais produtivo. Nesse sentido:

O capital precisa criar uma força produtiva que numa atividade tenha mais atenção, noutra mais força e noutra mais habilidade. O trabalhador individual não tem condições de oferecer isso no mesmo grau; só a especialização dos trabalhos e sua conexão por meio do trabalhador coletivo podem satisfazer essa exigência. (Marx, 1988, I/1: p. 262)

Desse modo, o capital desenvolve novas potencialidades e multiplica as especialidades ao mesmo tempo em que liga o trabalhador apenas a uma delas; abre a possibilidade da multilateralidade, diferentemente do trabalho artesanal, mas cristaliza a figura do trabalhador unilateral. (ROMERO, 2005, p. 97)

Assim, retomando a relação orgânica e dialética entre a estrutura e a superestrutura em uma determinada sociedade histórica, concluímos que os aspectos que determinam o trabalho no modo de produção capitalista condicionam, também, o caráter da educação nesse mesmo modo de produção. A subsunção real do trabalho ao capital se expressa também em seu correlato, a educação, levando à subsunção da formação à lógica economicista na educação, tendo como objetivo atender as demandas postas pelo mercado e deixando de corresponder, assim, ao processo de humanização do homem.

Investigando as implicações dessa nova divisão do trabalho no processo formativo, nas primeiras décadas do século XX, o intelectual e militante do Partido Comunista Italiano Antonio Gramsci buscou analisar o caráter da educação e sua relação com o processo do trabalho no modo de produção capitalista. Partindo do pensamento marxiano, Gramsci (2006) defendeu o trabalho enquanto princípio educativo, mediador da formação humana, e criticou a escola tradicional de seu tempo, fragmentária e dual, indicando que a separação entre escolas formativas voltadas para a elite dirigente e escolas profissionais especializadas, voltadas para a classe trabalhadora já era uma tendência do modo de produção capitalista. Assim, ao analisar o processo de especialização e complexificação do trabalho na sociedade moderna, o intelectual buscou, primeiramente, caracterizar o processo de fragmentação da formação escolar apontando que:

[...] ao lado do tipo de escola que poderíamos chamar de “humanista” (e que é o tipo tradicional mais antigo), destinado a desenvolver em cada indivíduo humano a cultura geral ainda indiferenciada, o poder fundamental de pensar e de saber orientar-se na vida, foi-se criando paulatinamente todo um sistema de escolas particulares de diferentes níveis, para inteiros ramos profissionais ou para profissões já especializadas e indicadas mediante uma precisa especificação.

[...]

A tendência atual é a de abolir qualquer tipo de escola “desinteressada” (não imediatamente interessada) e “formativa”, ou de conservar apenas um seu reduzido exemplar, destinado a uma pequena elite de senhores e de mulheres que não devem pensar em preparar-se para um futuro profissional, bem como a de difundir cada vez mais as escolas profissionais especializadas, nas quais o destino do aluno e sua futura atividade são predeterminados. (GRAMSCI, 2006, v.2, p. 32-33)

Aqui, Gramsci já indica de que forma capital, trabalho e educação se relacionam no atual modo de produção, entretanto, em uma passagem posterior, essa relação é melhor clarificada quando o autor observa que:

[...] as escolas de tipo profissional, isto é, preocupadas em satisfazer interesses práticos imediatos, predominam sobre a escola formativa, imediatamente desinteressada. O aspecto paradoxal reside em que este novo tipo de escola aparece e é louvado como democrático, quando na realidade, não só é destinado a perpetuar as diferenças sociais, como ainda a cristalizá-las em formas chinesas.

A escola tradicional era oligárquica já que destinada à nova geração dos grupos dirigentes, destinada por sua vez a tornar-se dirigente: mas não era oligárquica pelo seu modo de ensino. Não é a aquisição de capacidades de direção, não é a tendência a formar homens superiores que dá a marca social de um tipo de escola. A marca social é dada

pelo fato de que cada grupo social tem um tipo de escola própria, destinado a perpetuar nestes estratos uma determinada função tradicional, dirigente ou instrumental. (Ibidem, p. 49)

Assim, a escola fragmentada em diferentes níveis e modalidades expressa a existência da divisão sociotécnica do trabalho tendo como base as especificidades da produção da vida e as variações do próprio trabalho. A escola passa a ser o espaço estratégico de “formação técnica e a conformação ética, política e estética, isto é, a preparação para o trabalho/vida num dado contexto social, político e econômico.” (MARTINS et al, 2015, p. 29-30).

Com o advento da maquinaria e a complexificação das sociedades, os setores produtivos passaram a demandar uma maior qualificação geral básica sobre a qual se erigia novas formas de especialização (SAVIANI, 2007). Como parte do processo de reprodução e valorização do capital, a maior demanda pela formação de trabalhadores inseridos no processo produtivo levou a progressiva universalização, ou seja, a expansão do seu acesso à educação. Mas a ampliação das bases do atendimento escolar não significou a oferta de uma instrução geral e única para todos, conformando, ao lado da universalização o processo de “massificação” da educação:

Como se pode ver, ainda que a produção de capacidade de trabalho esteja exigindo mais anos de escolaridade e conhecimentos mais complexos, essa produção está longe de incluir o domínio de um pensamento teórico sólido e investigativo, ao contrário, trata-se apenas de garantir o aprendizado de conhecimento meramente instrumental e as competências trabalhadas são de caráter adaptativo às exigências do sistema. [...] Essa massificação, portanto, não implica necessariamente universalização do acesso a todos os níveis de ensino num mesmo patamar de complexidade, pois se rege por uma lógica que lhe é própria. (BRUNO, 2011, p. 554)

A ampliação do número de matrículas na educação básica e superior, durante o século XX, foi de forma contraditória fruto dos movimentos sociais que lutaram por ela, mas também das demandas do capital por um saber que compatibilizasse com as inovações tecnológicas. O que Bruno (2001) busca destacar ao analisar o processo de massificação concomitante ao de universalização, indo, inclusive, ao encontro dos apontamentos gramscianos, é a manutenção, na atual fase do modo de produção capitalista, da fragmentação formativa, onde a expansão do acesso à educação não correspondeu ao acesso único e igualitário para todos os indivíduos, reservando à classe trabalhadora, cada dia mais, um ensino instrumental, precarizado e útil apenas ao processo produtivo. Ou seja, uma educação realmente subsumida ao capital.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que pretendemos no presente texto foi analisar os aspectos gerais que condicionam a educação no modo de produção capitalista, tendo como aporte teórico as formulações de Marx e Engels acerca da centralidade do trabalho para o materialismo histórico dialético. Essa análise se clarifica ainda mais quando partimos do entendimento do caráter histórico geral do trabalho nesse modo de produção da vida material, caráter esse de subsunção real ao capital que, na correlação entre base econômica e superestrutura, condiciona a subsunção também da educação ao capital. Ao desvendar a relação histórica e ontológica entre o trabalho e a educação, o pensamento marxista desvela o real estatuto desta para o modo de produção capitalista: a (con)formação objetiva e subjetiva de trabalhadores de acordo com os interesses do modo de produção vigente.

O processo de divisão social do trabalho no capital levou à especialização do trabalhador, além da fragmentação do processo de trabalho, retirando do indivíduo que trabalha o domínio teórico e científico do conjunto do processo produtivo. Esta divisão sociotécnica do trabalho impactou o processo formativo levando, em um primeiro momento, à separação entre uma formação humanista para a classe dirigente e uma formação utilitária para os trabalhadores, seguido, ao longo da história do modo de produção capitalista até os dias atuais, de uma intensa fragmentação da formação tendo como horizonte o atendimento os interesses mercadológicos.

Em suma, as formulações gramscianas apresentadas mostram que o processo de subordinação da educação ao capital é tão antigo quanto a subordinação do trabalho, coincidindo com o advento da maquinaria e as novas necessidades materiais e subjetivas postas pelas alterações no modo de produção. Embora não tenha sido propósito deste trabalho analisar as especificidades dessa relação no mundo contemporâneo, consideramos que transpor para os dias atuais as análises desenvolvidas por Marx acerca da divisão sociotécnica do trabalho e a formação do trabalhador coletivo nos fornece importantes bases teóricas para entender a relação que tem se estabelecido entre a esfera produtiva e educação na atual fase do modo de produção capitalista, seja no âmbito mundial ou para a análise do caso brasileiro.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Giovanni. *O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. São Paulo: Boitempo, 2000.

BRUNO, Lúcia. Educação e desenvolvimento econômico no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 16, n.48, dezembro de 2011.

CARCANHOLO, Marcelo. A crise econômica atual e seus impactos para a organização da classe trabalhadora. *Revista Aurora*, São Paulo, ano IV, nº6, p. 1-10, ago. 2010.

GORENDER, Jacob. Introdução: O nascimento do materialismo histórico. In: Marx, K & Engels, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. VII –X

GRAMSCI, Antonio. *Caderno do Cárcere*, vol. 2. 4ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LUKÁCS, György. *Para uma ontologia do ser social II*. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARTINS, André; NEVES, Lúcia Maria W. (orgs). *Educação básica: tragédia anunciada?* São Paulo: Xamã, 2015.

MARX, Karl. *Capítulo VI inédito de O Capital, resultados do processo de produção imediata*. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2004

\_\_\_\_\_. *Contribuição a crítica da economia política*. 2ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

\_\_\_\_\_. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_. *O capital: crítica da economia política*. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. 1. Ad Feuerbach (1845). In: MARX, Karl. *A Ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

\_\_\_\_\_. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 2010

MÉSZÁROS, István. *Marx e a Teoria da Alienação*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

PALUDO, Conceição. *Materialismo histórico dialético: relações trabalho educação, movimentos sociais e desafios para a pesquisa*. Goiânia, ANPEd, 2015.

ROMERO, Daniel. *Marx e a técnica: um estudo dos manuscritos de 1861-1863*. São Paulo: Expressão Popular, 2005

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. *Revista Brasileira de Educação*, v. 12, n. 34, p. 152-165, jan./abr. 2007.